

NOVO SISTEMA REMUNERATÓRIO – O Presente Envenenado!

Em 01 de Janeiro de 2010 entrou em vigor o Novo Sistema Remuneratório por força da aplicação do Decreto-Lei 296/2009 de 14 de Outubro, cujo objectivo principal foi aplicar aos Militares das Forças Armadas a Tabela Remuneratória Única da Administração Pública.

Antes da entrada em vigor desse diploma a Associação de Praças (AP) em sede do Ministério da Defesa fez saber que a sua aplicação traria sérias injustiças e consequente mal-estar no seio dos militares, como por exemplo, o seu Artº 31º (Regime de transição para as posições remuneratórias) que poderiam colocar militares do mesmo posto mas com diferentes antiguidades na mesma posição remuneratória ou até colocar militares de maior antiguidade em posições remuneratórias inferiores aos de menor antiguidade.

Com a entrada em vigor desse Dec-Lei, sem que tivesse sido alterada uma vírgula, os diversos Ramos interpretaram e aplicaram as normas de transição de forma ainda mais lesiva para alguns dos seus militares, em particular às praças do Quadro Permanente (Primeiros-Marinheiros e Cabos da Armada).

Em 1 de Janeiro de 2010 qualquer 1MAR ou CAB cujo o seu escalão tinha valor pecuniário inferior à 2ª Posição Remuneratória (PR) do seu posto e que detivessem na mesma data 24 ou mais meses de permanência nos respectivos escalões foram colocados na 2ª PR dos respectivos postos, subtraindo 24 meses a essa posição. Como consequência desta aplicação os 1MAR nos antigos 1º, 2º e 3º escalões foram colocados na 2ª PR de 1MAR (Nível 9), assim como os Cabos dos antigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º escalões foram colocados também na 2ª PR de CAB (Nível 15).

Perante esta situação fica a pergunta, e então aqueles que a 1 de Janeiro de 2010 ainda não tinham 24 meses de permanência nesses mesmos escalões? Resposta: à excepção dos que estavam no 1º escalão, foram também colocados na mesma PR dos outros sem que lhes tenha sido retirado qualquer tempo nessa posição.

Conclusão: No anterior sistema retributivo os militares estavam diferenciados nos seus vencimentos consoante a sua antiguidade (escalões), neste juntaram-se militares com diferenças de 15 anos de antiguidade exactamente na mesma PR e pior que isso, inverteram-se as antiguidades dos mesmos porquanto os militares de maior antiguidade passarão para a posição remuneratória seguinte em data posterior aos militares de menor antiguidade, senão vejamos este exemplo, não levando em consideração o tempo de congelamento das progressões:

Situação Anterior (31DEZ2009)						Nova Situação (01JAN2010)		
Militar	Posto	Data de Promoção	Escalão	Data de Escalão	Meses de Escalão	PR	Tempo de PR	Data Prevista para 3ª PR
A	CAB	01-10-1993	5	01-10-2004	35	2	11	01-02-2012
B	CAB	01-10-2003	2	01-02-2008	23	2	23	01-02-2011
C	CAB	01-01-2008	1	01-01-2008	23	2	0	01-01-2013

Esta situação foi e continua a ser inaceitável sendo alvo de denúncia pela AP nas diversas entidades quer militares ou políticas desde Janeiro de 2010. Diversas audiências foram feitas desde essa data com os Chefes Militares, Ministro da Defesa, Secretário de Estado da Defesa, Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e Grupos Parlamentares, mas até à data nada foi feito ou alterado.

Em Fevereiro de 2011 por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Defesa Nacional, foi determinado à Inspecção-Geral das Finanças (IGF) a realização de auditoria financeira às Forças Armadas sobre a aplicação do Novo Sistema Remuneratório em especial na aplicação das normas de transição (Artº 31 e 32 do DL 296/2009). Esta auditoria concluiu, conforme consta nos seus relatórios, que terá havido procedimentos alegadamente ilegais e/ou irregulares por parte dos Ramos aquando da transição para o novo sistema remuneratório, situação que os Ramos prontamente denunciaram responsabilidades através do contraditório apresentado, mas que dessa matéria nada foi noticiado pela comunicação social. Independentemente da razão que possa assistir, é curioso reparar que em nenhum momento a IGF refere as situações dos militares que deveriam ter sido colocados em PR superiores àquelas que estão colocados, ou até ao não pagamento do complemento de pensão de reforma, o não pagamento do suplemento de residência devido aos militares que têm direito a ele, ou ao atraso vergonhoso no pagamento da prestação pecuniária aos militares que passaram à disponibilidade, etc, etc, etc.

A IGF é a entidade que tem por missão assegurar o controlo estratégico da administração financeira do Estado, compreendendo o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, e espera-se que seja imparcial detectando **TODAS** as irregularidades e não só algumas como aconteceu. Bem sabemos que a situação económica e financeira do nosso País é grave mas isso não pode servir de "chapéu" para justificar tal acto.

Mais recentemente, através de novo despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa, Despacho nº 12713/2011 de 9 de Setembro, foi determinado aos Ramos das Forças Armadas que corrigissem até 31 de Outubro de 2011 as alegadas ilegalidades e/ou irregularidades detectadas pela IGF fazendo a reconstituição casuística desses casos tendo por referência a situação dos militares em 31 de Dezembro de 2009.

Com base neste despacho ficamos sem saber exactamente o que os Ramos vão fazer, se vão verificar **TODOS** os militares e colocá-los nas Posições Remuneratórias devidas, quer estejam em posições superiores ou inferiores, ou se vão rever exclusivamente as situações dos militares que alegadamente estão colocados em posições superiores às devidas conforme consta nos relatórios da IGF. Se assim for, será mais um triste capítulo sobre este Sistema Remuneratório que teremos de combater até que se faça justiça sob pena de, mais uma vez, pôr em causa a coesão e disciplina no seio dos militares.